



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA  
SAQUAREMA**  
TRABALHO E RESPEITO

**Ao Protocolo Geral do Município,**

Solicito que seja aberto processo administrativo através da documentação encaminhada pela **UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA** via e-mail, referente ao Processo Administrativo nº 12.131/2022, Concorrência Pública nº 011/2022.

Saquarema, 09 de março de 2023.

Atenciosamente,

**Samuel Aranda Neto**  
Diretor Geral de Licitações  
Mat: 99997-2  
*Samuel Aranda*

*Presidente da CPL*

Assunto: **Recurso CO-011/2022 - União Norte**  
De: Bernardo <bernardo@uniaonorte.com.br>  
Para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>  
Data: 09/03/2023 15:37



- Recurso União Norte - CO 011-2022.pdf (~1.8 MB)
- 001 - 39ª Alteração Contratual União Norte.pdf (~2.0 MB)

À Comissão Permanente de Licitação,

A UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.354.917/0001-10, com sede à Rua Marília Peixoto de Aquino, nº 1, Centro, São João da Barra, RJ, CEP: 28.200-000, vem, tempestivamente, apresentar, **RECURSO ADMINISTRATIVO**, em face da Ata de Julgamento dos documentos de habilitação da **concorrência pública n.º 011/2022**, cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO EMPRESA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, RECAPEAMENTO E SINALIZAÇÃO DE DIVERSOS LOGRADOUROS NO BAIRRO DE JACONÉ – SAQUAREMA/RJ"**, a qual considerou a empresa HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA habilitada no referido certame.

Att,  
UNIÃO NORTE

ILMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - RJ.

Ref.: Concorrência Pública nº 011/2022.

Processo Administrativo nº 12131/2022

UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.354.917/0001-10, com sede à Rua Marília Peixoto de Aquino, nº 1, Centro, São João da Barra, RJ, CEP: 28.200-000, vem, com fulcro no art. 109, inciso I, "a", da Lei nº 8.666/93 e do item 15 do edital, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da Ata de Julgamento dos documentos de habilitação da concorrência pública n.º 011/2022, a qual considerou a empresa HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA habilitada no referido certame.

**I – BREVE RESUMO.**

Trata-se de Concorrência Pública nº 011/2022 que tem por objeto a ***"CONTRATAÇÃO EMPRESA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, RECAPEAMENTO E SINALIZAÇÃO DE DIVERSOS LOGRADOUROS NO BAIRRO DE JACONÉ – SAQUAREMA/RJ"***.

Matriz  
Rua Marília Peixoto Aquino, 01  
Centro – São João da Barra/RJ  
CEP: 28.200-200  
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro  
Rua da Assembleia, 66 - 10º andar  
Centro – Rio de Janeiro/RJ  
CEP: 20.011-000  
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios  
Rua Santo Antônio, 159  
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ  
CEP: 25.820-060  
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



No dia 03/03/2023 foi aberta a sessão com o resultado da análise documental e técnica das licitantes. A Comissão Permanente de Licitação decidiu pela habilitação as empresas: 1) GLOBO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA; 2) CONSTRUTORA METROPOLITANA S.A; 3) UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA; E 4) HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA e pela inabilitação das demais licitantes.

Será cabalmente demonstrado que a empresa HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA não cumpriu ao estipulado no edital e, portanto, deverá ser considerada inabilitada no presente certame.

## II – DAS RAZÕES RECURSAIS.

Como é cediço, o principal objetivo do processo licitatório é a obtenção, pelo poder público, da melhor proposta para a execução do objeto da contratação. No entanto, a administração deve se assegurar que a empresa vencedora do certame possua plenas condições de entregar de maneira satisfatória o bem ou serviço contratado.

Por essa razão, a Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, determinou que os Órgãos Públicos devem exigir nas licitações as qualificações técnicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais.

O edital exige em seu subitem 10.2.1, Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA em nome da Licitante e de seus responsáveis técnicos dentro da validade, vejamos:

Matriz  
Rua Marília Peixoto Aquino, 01  
Centro – São João da Barra/RJ  
CEP: 28.200-200  
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro  
Rua da Assembleia, 66 - 10º andar  
Centro – Rio de Janeiro/RJ  
CEP: 20.011-000  
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios  
Rua Santo Antônio, 159  
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ  
CEP: 25.820-060  
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



**10.2.1** Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA – Conselho de Engenharia e Agronomia ou pelo CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em nome da Licitante e de seu (s) responsável técnico (s) dentro da validade, comprovando habilitação no ramo de engenharia civil.

Neste interim, cumpre evidenciar que a licitante HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA, não atendeu satisfatoriamente a exigência referente a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA – Conselho de Engenharia e Agronomia, em nome de seus responsáveis técnicos, apresentando somente a Certidão de um responsável técnico, o Engenheiro Civil Adib Jose Francisco Junior (pág. 025).

Ocorre que a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA – Conselho de Engenharia e Agronomia, em nome da Licitante constam o nome de outros profissionais como responsáveis técnicos. Portanto, a empresa HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA deveria apresentar as certidões dos seguintes profissionais: CLAUDIO PECANHA CATARINO, JOSE FERNANDO DE SOUZA MOTA JUNIOR, LUIZ CARLOS AFFONSO DE ALMEIDA, OSWALDO LEITE BAPTISTA, ANTONIO GONCALVES JUNIOR, FABIO GOMES DUQUE, JAIME LUIZ D'ALMEIDA, LEONARDO DA SILVA CARVALHO, LINCOLN AGUIAR NETO e MARCIO LUIS DA SILVA (págs. 022 e 023).



**CLAUDIO PECANHA CATARINO**

Carteira Nº RJ-RJ-145682/D/D

RNP: 2001366914

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: RESOLUÇÃO 310/96 DO CONFEA  
RES 218/73 - ART 07(AT.01 A 18)

Inclusão como QT: 04/12/2017

Expedida em: 06/01/1997 pelo Crea-RJ

Registro: 1996122455 expedido em 12/11/1996

Inclusão como RT: 04/12/2017

Ramo Atividade: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGA CIVIL

**JOSE FERNANDO DE SOUZA MOTA JUNIOR**

Carteira Nº RJ-182235/D

RNP: 2005764562

TÍTULO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Atribuições: RES 218/73 - ART 06 (AT.01 A 18)

TÍTULO: ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO  
TRABALHO

Atribuições: RES 359/91 ART 4 (AT.01 A 18)

Inclusão como QT: 07/04/2021

Expedida em: 17/09/2004 pelo Crea-RJ

Registro: 2004101079 expedido em 30/07/2004

Inclusão como RT: 07/04/2021

Ramo Atividade: ENG SEG TRABALHO / SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ENGA D

Inclusão como QT: 18/03/2019

Inclusão como RT: 18/03/2019

Ramo Atividade: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA AGRONOMICA

**LUIZ CARLOS AFFONSO DE ALMEIDA**

Carteira Nº RJ-831019167/D

RNP: 2002105715

TÍTULO: ENGENHEIRO MECÂNICO

Atribuições: RES 218/73 - ART 12(AT.01 A 18)

Inclusão como QT: 23/12/2015

Expedida em: 23/08/1984 pelo Crea-RJ

Registro: 1983101916 expedido em 28/01/1983

Inclusão como RT: 23/12/2015

Ramo Atividade: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA MECÂNICA / OS ENG MECÂNICA

**OSWALDO LEBE BAPTISTA**

Carteira Nº RJ-39825/D

RNP: 2001556357

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: DEC 23569/33 - ART 28(TDS ALINEAS)  
DEC 23569/33 - ART 29(TDS ALINEAS)

TÍTULO: ENGENHEIRO DE OPERAÇÃO -  
CONSTRUÇÃO CIVIL

Atribuições: RES 218/73 - ART 22(AT.09A18,09A18)

Inclusão como QT: 11/04/2018

Expedida em: 01/02/1991 pelo Crea-RJ

Registro: 1981119262 expedido em 29/12/1977

Inclusão como RT: 11/04/2018

Ramo Atividade: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGA CIVIL

**QUADRO TÉCNICO:**

**ANTONIO GONCALVES JUNIOR**

Carteira Nº RJ-52043/D

RNP: 2003139109

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: RES 218/73 - ART 07(AT.01 A 18)

Início QT: 24/03/2022

Expedida em: 18/01/1991, pelo Crea-RJ

Registro: 1982101521 expedido em 23/01/1982

**FABIO GOMES DUQUE**

Carteira Nº SP-5061837426/D/D

RNP: 2605227596

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: RES 218/73 - ART 07(AT.01 A 18)

Expedida em: 05/08/2005, pelo Crea-SP

Registro: 2018101884 expedido em 05/08/2005

**Matriz**

Rua Marília Peixoto Aquino, 01  
Centro – São João da Barra/RJ  
CEP: 28.200-200  
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

**Filial Rio de Janeiro**

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar  
Centro – Rio de Janeiro/RJ  
CEP: 20.011-000  
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

**Filial Três Rios**

Rua Santo Antônio, 159  
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ  
CEP: 25.820-060  
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

*Handwritten signature*

Início QT: 28/02/2010

**JAME LUIZ D'ALMEIDA**

Carteira Nº: RJ-RJ-30807/D/O

RNP: 2001639520

Expedida em: 07/01/1977, pelo Crea-RJ

Registro: 1970101053 expedido em 20/12/1975

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: DEC 23560/33 - ART 29(TDS.ALINEAS)

DEC 23560/33 - ART 28(TDS.ALINEAS)

Início QT: 26/09/2017

**LEONARDO DA SILVA CARVALHO**

RNP: 2005194026

Registro: 2007145189 expedido em 12/01/2008

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: RES 219/73 - ART 07(AT.01 A 18)

Início QT: 27/10/2020

**LINCOLN AGUIAR NETO**

Carteira Nº: RJ-52615/D

RNP: 2004510307

Expedida em: 30/03/1983, pelo Crea-RJ

Registro: 1980104212 expedido em 20/12/1980

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: DEC 23560/33 - ART 28(TDS.ALINEAS)

DEC 23560/33 - ART 29(TDS.ALINEAS)

Início QT: 13/09/2020

**MARCIO LUIS DA SILVA**

Carteira Nº: RJ-161251/D

RNP: 2002418953

Expedida em: 16/04/2002, pelo Crea-RJ

Registro: 2000105321 expedido em 11/10/2000

TÍTULO: ENGENHEIRO ELETRICISTA -  
ELETRONICA

Atribuições: RES 219/73 - ART 09(AT.01 A 18)

RES 219/73 - ART 08(AT.01 A 18)

TÍTULO: ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO  
TRABALHO

Atribuições: RES 359/91 ART 4 (AT 01 A 18)

Início QT: 14/02/2022

Dentre as principais garantias, pode-se destacar a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame licitatório. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação. O edital é claro ao exigir a apresentação da certidão de todos os responsáveis técnicos que compõem o quadro técnico da empresa. O descumprimento enseja em inabilitação do certame.

Sobre a vinculação ao edital, Marçal Justen Filho afirma que "Quando o edital impuser comprovação de certo requisito não cogitado por ocasião do cadastramento, será

**Matriz**

Rua Marília Peixoto Aquino, 01

Centro – São João da Barra/RJ

CEP: 28.200-200

Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

**Filial Rio de Janeiro**

Rua da Assembleia, 66 - 10º andar

Centro – Rio de Janeiro/RJ

CEP: 20.011-000

Tel/Fax.: (21) 2212-3100

**Filial Três Rios**

Rua Santo Antônio, 159

Bairro Triângulo – Três Rios/RJ

CEP: 25.820-060

Tel/Fax.: (24) 2251-1189

- D

indispensável à apresentação dos documentos correspondentes por ocasião da fase de habilitação" (Pregão. Comentários à Legislação do Pregão Comum e do Eletrônico, 4ª ed., p. 305).

O exame do disposto no art. 37, XXI da Constituição Federal, e sua parte final, referente às exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, revela que o propósito al objetivado é oferecer iguais oportunidades de contratação com o Poder Público, não a todo e qualquer interessado, indiscriminadamente, mas sim, apenas a quem possa evidenciar que efetivamente dispõe de condições para executar aquilo a que se propõe. O que não aconteceu com a empresa HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA, uma vez que não atende ao exigido no edital para comprovar a sua capacidade técnica na execução dos serviços.


O STJ já se manifestou diversas vezes a respeito do tema (por exemplo: RESP 595079, ROMS 17658). No RESP 1178657, o tribunal decidiu:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escoreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão

Matriz  
Rua Marília Peixoto Aquino, 01  
Centro – São João da Barra/RJ  
CEP: 28.200-200  
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro  
Rua da Assembleia, 66 - 10º andar  
Centro – Rio de Janeiro/RJ  
CEP: 20.011-000  
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios  
Rua Santo Antônio, 159  
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ  
CEP: 25.820-060  
Tel/Fax.: (24) 2251-1189





recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação -protocolo de pedido de renovação de registro -que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.

Por fim, para além dos tribunais judiciais, mister trazer à baila a posição do TCU sobre a matéria aqui discutida. Há centenas de acórdãos do TCU que tratam da vinculação ao edital, com orientação alinhada àquela apresentada neste parecer e que podem ser sintetizadas na recomendação apresentada pelo tribunal no Acórdão 483/2005: "Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993".

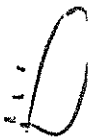
Dessa forma, percebe-se que a comissão permanente de licitação se equivocou ao considerar as licitantes acima habilitadas, haja vista o não cumprimento das exigências fixadas no edital. Manter a decisão, ora recorrida, é um grave atentado ao princípio constitucional da legalidade, previsto no art. 37, caput, da Carta Magna, bem como ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, positivado no art. 3º da Lei 8.666/93.

Sobre o tema, imperioso ressaltar o entendimento consolidado no Tribunal de Contas da União:

Matriz  
Rua Marília Peixoto Aquino, 01  
Centro – São João da Barra/RJ  
CEP: 28.200-200  
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro  
Rua da Assembleia, 66 - 10º andar  
Centro – Rio de Janeiro/RJ  
CEP: 20.011-000  
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios  
Rua Santo Antônio, 159  
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ  
CEP: 25.820-060  
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



Acórdão 0460/2013 -Segunda Câmara I Relator: ANA ARRAES É obrigatória, em observância ao princípio da vinculação ao edital, a verificação de compatibilidade entre as regras editalícias e as propostas de licitantes. Propostas em desacordo com o instrumento convocatório devem ser desclassificadas.

Assim sendo, não se pode, por amor à competição, deixar de prever requisitos que sejam pertinentes e relevantes ao atendimento do objeto perseguido, à luz do interesse público, porque não é essa a *ratio legis*.

O que o dispositivo visa coibir é a exigência infundada, dirigida exclusivamente a privilegiar alguns e afastar outros licitantes, sem qualquer justificativa. No entanto, não fere a competição a exigência de requisitos que, de fato, sejam necessários no caso concreto, face ao objeto a ser contratado.

Logo, a exigência para a comprovação da capacitação técnica, estando prevista na Lei, citado art. 30, inc. I, bem como plenamente justificada face à complexidade do objeto envolvido, não viola a competitividade. Reitere-se, não pode ser tida como excessiva a exigência, quando a complexidade do objeto, face às suas especificidades.


Citamos Marçal Justen Filho, que diz em relação ao art. 3º, §1º da Lei em tela:

“O dispositivo não significa, porém, vedação às cláusulas restritivas da participação. Não impede a previsão de exigências rigorosas. Nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar

**Matriz**  
Rua Marília Peixoto Aquino, 01  
Centro – São João da Barra/RJ  
CEP: 28.200-200  
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

**Filial Rio de Janeiro**  
Rua da Assembleia, 66 - 10º andar  
Centro – Rio de Janeiro/RJ  
CEP: 20.011-000  
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

**Filial Três Rios**  
Rua Santo Antônio, 159  
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ  
CEP: 25.820-060  
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



alguns particulares. Se a restrição for necessária para atender ao interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisados conjuntamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação. A inviabilidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação. Aliás, essa interpretação é ratificada pelo previsto no art. 37, inc. XXI, da CF ('... o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações')".

Quando a Administração estabelece no edital as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos. Se for aceita documentação, proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

É imprescindível obedecer às regras impostas a todos os licitantes no edital, que é a lei no caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". (Curso de Direito Administrativo, 2007, p. 416 – Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União).



Em razão da exigência contida no edital e em atendimento ao princípio da vinculação do certame ao ato convocatório previsto na Lei 8.666/93 e na Constituição Federal, é obrigação da Licitante apresentar toda documentação exigida para a fase de habilitação na data designada para abertura dos envelopes de habilitação. Nesse aspecto, é indiscutível que a licitante que não apresentar a documentação exigida conforme o edital deverá ser declarada inabilitada por descumprimento às normas do Edital.

Conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança, transparência e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

Dessa forma, as alegações da Recorrente merecem ser apreciadas para a devida reforma da decisão, com o intuito de inabilitar a empresa HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA.

### III - DO PEDIDO:

Assim, é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Comissão de Licitação, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, bem como no princípio da legalidade, estampado na Constituição Federal, em seu art. 37, que consiste no fato de a Administração estar obrigada a fazer o que está estritamente vinculada à lei, não podendo extrapolar-la ou agir de forma não prevista, obedecendo ao disposto na Lei 8.666/93 e demais legislações. Assim, estamos interpondo este recurso, o qual certamente será

Matriz  
Rua Marília Peixoto Aquino, 01  
Centro – São João da Barra/RJ  
CEP: 28.200-200  
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

Filial Rio de Janeiro  
Rua da Assembleia, 66 - 10º andar  
Centro – Rio de Janeiro/RJ  
CEP: 20.011-000  
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

Filial Três Rios  
Rua Santo Antônio, 159  
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ  
CEP: 25.820-060  
Tel/Fax.: (24) 2251-1189

deferido, evitando assim, maiores transtornos.

E dado o julgamento exato por essa nobre Comissão, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que essa Comissão de Licitação considere como **DEFERIDO** o presente recurso para inabilitar a empresa **HYDRA ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA.**

Finalmente, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso acontecer, faça o encaminhamento à autoridade superior, em conformidade com o § 4º art. 109, da Lei nº 8.666/93.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

São João da Barra, 09 de março de 2023.



**UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**

**Matriz**  
Rua Marília Peixoto Aquino, 01  
Centro – São João da Barra/RJ  
CEP: 28.200-200  
Tel/Fax.: (22)2741-1511/ 1617

**Filial Rio de Janeiro**  
Rua da Assembleia, 66 - 10º andar  
Centro – Rio de Janeiro/RJ  
CEP: 20.011-000  
Tel/Fax.: (21) 2212-3100

**Filial Três Rios**  
Rua Santo Antônio, 159  
Bairro Triângulo – Três Rios/RJ  
CEP: 25.820-060  
Tel/Fax.: (24) 2251-1189



33.2.0592984-0

Sociedade empresária limitada

Normal



**51-2021/112107-0**

## JUCERIA

Último arquivamento:  
00003899148 - 20/07/2020

**NIRE: 33.2.0592984-0**

UNIAO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

**Boleto(s):**

Hash: 0CDD7E85-B8DE-4D02-B66D-614E0E82CAA6

Orgão	Calculado	Pago
Junta	414,00	414,00
DNRC	0,00	0,00

Name \_\_\_\_\_

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO

UNIAO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

**Código Ato**

## Eventos

002

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
024	1	Alteração / Alteração de Filial na UF da Sede
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

**CERTIFICO O DEFERIMENTO POR APARECIDA MARIA PEREIRA DA SILVA LOPES SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:**

[illegible]

Deferido em 30/04/2021 e arquivado em 30/04/2021

  
Bernardo Feijó Sampaio Berwanger  
SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas	Capa Nº Páginas
---------------	-----------------

15

1/1

**Observação:**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: UNIAO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

NIRE: 332.0592984-0 Protocolo: 51-2021/112107-0 Data do protocolo: 29/04/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/04/2021 SOB O NÚMERO 00004058494 e demais constantes do termo de autenticação.

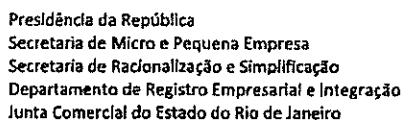
Autenticação: 41B805A6990259A85041965E2B14C412ECECB97140A9A80AAC74255BB6AC63DC

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



ALICE

Pag. 01/15



**Nº do Protocolo**

**Delegacia de Itaboraí**

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33,2.0592984-0

Tina Jušić

**Sociedade empresária limitada**

Porta Empresarial

**Normal**

**Data de criação do protocolo na web:** 29/04/2021  
11:26:23

51-2021/112107-0

## REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

## UNIAO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

SÃO JOÃO da BARRA

## Local

29/04/21.

## Data

**Requerente**

Nome:	Anderson Reis Tebocla
Assinatura:	Anderson Reis Tebocla Despachante Documentalista
Telefone de contato:	CRDD/RJ: 03872
E-mail:	
Tipo de documento:	Híbrido
Data de criação:	29/04/2021
Data da 1ª entrada:	



51-2021/112107-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: UNIAO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

NIRE: 332.0592984-0 Protocolo: 51-2021/112107-0 Data do protocolo: 29/04/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/04/2021 SOB O NÚMERO 00004058494 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 41B805A6990259A85041965E2B14C412ECECB97140A9A80AAC74255BB6AC63DC

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/15

**39ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE  
EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA  
"UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA."  
CNPJ: 02.354.917/0001-10 – NIRE: 33.2.0592984-0**

Por este instrumento particular, as partes identificadas abaixo.

**GESTÃO 21 CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária, com sua sede social localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Brasil n.º 8.141 (parte), Ramos, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, por seus Diretores, Sr. HÉLIO PESSANHA DELBONS, brasileiro, casado, engenheiro de operação, modalidade mecânica, residente e domiciliado na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Marechal Deodoro n.º 190, cob. 02, CEP: 28010.280, portador da carteira de identidade n.º 197910120-3, expedida pelo CREA/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 433.677.477-34 e SANDRO PEIXOTO FAILAGE, qualificado abaixo.

**SANDRO PEIXOTO FAILAGE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jorge Figueiredo, n.º 577, Anil - Jacarepaguá, CEP 22750-120, portador da carteira de identidade n.º 075146761, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 856.360.457-00;

**MAX JERONYMO ZULCHNER**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Aires de Souza, n.º 391, quadra F, Lote 7, casa 6, Parque Rodoviário, CEP.: 28051-320, portador da carteira de identidade n.º 174928-D, expedida pelo CREA/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 085.115.107-88;

**RODOLFO MOULIN PINHEIRO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Professor Coutinho Fróis, n.º 323, apt. 101, Barra da Tijuca, CEP 22620-360, portador da carteira de identidade n.º 2007134217, expedida pelo CREA/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 092.698.917-04;

**ROGÉRIO VIANNA DE AQUINO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Célio Brito Pinto, n.º 46/50, Horto, CEP 28015-530, portador da carteira de identidade n.º 87-1-00859-0-D expedida pelo CREA/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 680.395.497-87; e

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: UNIAO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

NIRE: 332.0592984-0 Protocolo: 51-2021/112107-0 Data do protocolo: 29/04/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/04/2021 SOB O NÚMERO 00004058494 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 41B805A6990259A85041965E2B14C412ECECB97140A9A80AAC74255BB6AC63DC

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n.º de protocolo.



**JUCEIRJ**  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Pag. 03/15



**RAFAEL ANDRADE BARBOSA SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro (RJ) na Avenida das Acácias, nº 540, bloco 3, apt. 402, Barra da Tijuca, CEP: 22776-000, portador da carteira de identidade nº 2016102727, expedida pelo CREA/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 106.307.567-08.

Únicos sócios representando a totalidade do capital social da sociedade **UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.**, sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.354.917/0001-10, com sede social na Rua Marília Peixoto Aquino, n.º 1, Centro, Cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, cujo contrato social encontra-se registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o NIRE 33.2.0592984-0, por despacho de 19/12/1997 (a "Sociedade"), e mais, resolvem alterar de comum acordo, o seu CONTRATO SOCIAL, de conformidade com as seguintes condições:

### I – CLÁUSULA III – Objeto Social

Resolvem inserir no elenco de atividades sociais um novo CNAE **0810-0/08 – Extração de Saibro e beneficiamento associado.**

### II - CLÁUSULA IV – Capital Social

A sócia **GESTÃO 21 CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, detentora de 79.999.995 (Setenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e cinco) quotas, totalizando R\$ 79.999.995,00 (Setenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais) do Capital Social, *cede e transfere* neste ato para **FABIO SOARES RODRIGUES**, brasileiro, casado, arquiteto, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro (RJ) na Estrada Pau-Ferro, n.º 255, apt. 402, Pechincha, CEP: 22.743-050, portador da carteira de identidade nº 011329419-3 Detran/RJ, inscrito no CAU-RJ sob o nº A53636-9 e no CPF/MF sob o nº 107.741.257-64, 01 (uma) quota, tendo recebido à vista e em moeda corrente do país o valor de R\$ 1,00 (um real). Ficando desta forma, assim distribuído:

Sócios Quotistas	Quotas	Valor em R\$	%
Gestão 21 Construções e Participações Ltda.	79.999.994	79.999.994,00	99,94
Max Jeronymo Zulchner	1	1,00	0,01
Sandro Peixoto Failage	1	1,00	0,01
Rodolfo Moulin Pinheiro	1	1,00	0,01
Rogério Viana de Aquino	1	1,00	0,01
Rafael Andrade Barbosa Silva	1	1,00	0,01
Fábio Soares Rodrigues	1	1,00	0,01
<b>Total</b>	<b>80.000.000</b>	<b>80.000.000,00</b>	<b>100,00</b>

### III - CLÁUSULA V – Administração da Sociedade e Poderes da Diretoria

A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por até 4 (quatro) Diretores e 3 (três) Superintendências, sendo 2 (dois) Diretores Técnicos Operacionais, obrigatoriamente engenheiros devidamente registrados no respectivo órgão de classe, 1 (um) Diretor Administrativo, 1 (um) Diretor Executivo, 2 (duas) Superintendências Operacionais e 1 (uma) Superintendência Comercial, todos residentes no Brasil, Sócios Quotistas ou não, por estes eleitos, que assumirão os cargos com dispensa de caução.

### IV - CLÁUSULA VI – Distribuição de Lucros

**Parágrafo Primeiro** - A Diretoria poderá, nos meses de junho e dezembro de cada exercício, efetuar distribuição de lucro para os sócios Sandro Peixoto Failage, Max Jeronymo Zulchner, Rodolfo Moulin Pinheiro, Rogério Vianna Aquino, Rafael Andrade Barbosa Silva e Fábio Soares Rodrigues, em valores deliberados, conforme a cláusula acima.

### V - CLÁUSULA XV – Disposições Finais

São membros da Diretoria da Sociedade os Srs. **Max Jeronymo Zulchner e Rodolfo Moulin Pinheiro** na qualidade de Diretores Técnicos Operacionais; o Sr. **Sandro Peixoto Failage**, na qualidade de Diretor Administrativo, os Srs. **Rogério Vianna de Aquino e Fábio Soares Rodrigues**, na qualidade de Superintendentes Operacionais e o Sr. **Rafael Andrade Barbosa Silva**, na qualidade de Superintendente Comercial todos já qualificados acima, os quais declararam não estar impedidos, por lei especial, e nem condenados ou encontrar-se sob efeitos da condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, permanecendo vago o cargo de Diretor Executivo da Sociedade.

### VI – Permanecem inalteradas as demais cláusulas

Tendo em vista a deliberação acima, resolvem os sócios quotistas, por fim, consolidar o Contrato Social da Sociedade, o qual, revisado e atualizado, passa a vigorar com a seguinte redação:

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO E ATUALIZADO DA  
UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.  
CNPJ nº 02.354.917/0001-10 - NIRE (RJ) 33.2.0592984-0**

**CLÁUSULA I – Razão Social**

A Sociedade girará sob a denominação de **União Norte Fluminense Engenharia e Comércio Ltda.**

**CLÁUSULA II – Sede, Filiais e Prazo de Duração.**

A Sede social será na Rua Marília Peixoto Aquino, nº 01, Centro de São João da Barra – RJ, CEP 20020-100, a filial Rio de Janeiro – RJ, na Rua da Assembleia, nº 66, 10º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP 20.011-000, a Filial Três Rios, na Rodovia BR-040, Bairro Moura Brasil, na Cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 25.821-490 e a filial Quissamã no Sítio Maria, n.º 99999 no Bairro São José, Quissamã, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 28.735-000, podendo ser criadas outras filiais e dependências em qualquer parte do Território Nacional e no exterior. O prazo de duração da Sociedade será indeterminado, observando-se, na sua dissolução, os preceitos da legislação em vigor.

**CLÁUSULA III – Objeto Social**

A Sociedade terá por objeto:

- 7112000 – Serviços de Engenharia;
- 4399101 – Administração de Obras;
- 7732201 – Aluguel de Máquinas e Equipamentos para Construção sem Operador, exceto Andaimos;
- 7739090 – Aluguel de Outras Máquinas e Equipamentos Comerciais e Industriais não Especificadas Anteriormente, sem Operador;
- 4330405 – Aplicação de Revestimentos e de Resinas em Interiores e Exteriores;
- 8130300 – Atividades Paisagísticas;
- 3702900 – Atividades Relacionadas a Esgoto, exceto a Gestão de Redes;
- 3600601 – Captação, Tratamento e Distribuição de Água;
- 3811400 – Coleta de Resíduos não Perigosos;
- 3812200 – Coleta de Resíduos Perigosos;
- 4662100 – Comércio Atacadista de Máquinas, Equipamentos para Terraplenagem, Mineração e Construção; Partes e Peças.
- 4687701 – Comércio Atacadista de Resíduos de Papel e Papelão;
- 4687703 – Comércio Atacadista de Resíduos e Sucatas Metálicos;
- 4744099 – Comércio Varejista de Materiais de Construção em Geral;
- 4120400 – Construção de Edifícios;
- 4221904 – Construções de Estações e Redes de Telecomunicações;

4299501 – Construção de Instalações Esportivas e Recreativas;  
 4212000 – Construção de Obras-de-Arte Especiais;  
 4222701 – Construção de Redes de Abastecimento de Água, coleta de Esgoto e  
 Construções correlatas, exceto Obras de Irrigação;  
 2211101 – Construção de Rodovias e Ferrovias;  
 4411801 – Demolição de Edifícios e Outras Estruturas;  
 3600602 – Distribuição de Água por Caminhões;  
 5223100 – Estacionamento de Veículos;  
 7830200 – Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos Para Terceiros;  
 9603301 – Gestão e Manutenção de Cemitérios;  
 4330401 – Impermeabilização em Obras de Engenharia Civil;  
 8122200 – Imunização e Controle de Pragas Urbanas;  
 3321000 – Instalação de Máquinas e Equipamentos Industriais;  
 4321500 – Instalação e Manutenção Elétrica;  
 4322301 – Instalações Hidráulicas, Sanitárias e de Gás;  
 9601701 – Lavanderias;  
 7711000 – Locação de Automóveis sem Condutor;  
 7820500 – Locação de Mão-de-Obra Temporária;  
 7719599 – Locação de Outros Meios de Transporte não Especificados Anteriormente, sem  
 Condutor;  
 4221903 – Manutenção de Redes de Distribuição de Energia Elétrica;  
 4399103 – Obras de Alvenaria;  
 4391600 – Obras de Fundações;  
 4222702 – Obras de Irrigação;  
 4313400 – Obras de Terraplanagem;  
 4213800 – Obras de Urbanização – Ruas, Praças e Calçadas;  
 4291000 – Obras Portuárias, Marítimas e Fluviais;  
 8299799 – Outras Atividades de Serviços Prestados Principalmente às Empresas não  
 Especificadas Anteriormente;  
 4330499 – Outras Obras de Acabamento da Construção;  
 4299599 – Outras Obras de Engenharia Civil não Especificadas Anteriormente;  
 4399105 – Perfuração e Construção de Poços de Água;  
 4211102 – Pintura para Sinalização em Pistas Rodoviárias e aeroportos;  
 7810800 – Seleção e Agenciamento de Mão-de-Obra;  
 0161002 – Serviço de Poda de Árvores para Lavouras;  
 7111100 – Serviços de Arquitetura;  
 4520005 – Serviços de Lavagem, Lubrificação e Polimento de Veículos Automotores;  
 4399104 – Serviços de Operação e Fornecimento de Equipamentos para Transporte e  
 Elevação de Cargas e Pessoas para uso em Obras;  
 4330404 – Serviços de Pintura de Edifícios em Geral;  
 3821100 – Tratamento e Disposição de Resíduos não Perigosos;  
 3822000 – Tratamento e Disposição de Resíduos Perigosos;  
 0810008 – Extração de sabro e beneficiamento associado.



### CLÁUSULA IV – Capital Social

O capital social é de R\$ 80.000.000,00 (Oitenta milhões de reais), representado por 80.000.000 (Oitenta milhões) de quotas de valor nominal equivalente a R\$ 1,00 (um real) cada uma, já totalmente subscrito e integralizado e assim distribuído entre os sócios:

Sócios Quotistas	Quotas	Valor em R\$	%
Gestão 21 Construções e Participações Ltda.	79.999.994	79.999.994,00	99,94
Max Jeronymo Zulchner	1	1,00	0,01
Sandro Peixoto Failage	1	1,00	0,01
Rodolfo Moulin Pinheiro	1	1,00	0,01
Rogério Viana de Aquino	1	1,00	0,01
Rafael Andrade Barbosa Silva	1	1,00	0,01
Fábio Soares Rodrigues	1	1,00	0,01
<b>Total</b>	<b>80.000.000</b>	<b>80.000.000,00</b>	<b>100,00</b>

**Parágrafo Único** – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social (Art. 1.052, CC / 2002).

### CLÁUSULA V – Administração da Sociedade e Poderes da Diretoria

A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por até 4 (quatro) Diretores e 3 (três) Superintendências, sendo 2 (dois) Diretores Técnicos Operacionais, obrigatoriamente engenheiros devidamente registrados no respectivo órgão de classe, 1 (um) Diretor Administrativo, 1 (um) Diretor Executivo, 2 (duas) Superintendências Operacionais e 1 (uma) Superintendência Comercial, todos residentes no Brasil, Sócios Quotistas ou não, por estes eleitos, que assumirão os cargos com dispensa de caução.

**Parágrafo Primeiro** - Compete à Diretoria a representação ativa e passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele. Observado o disposto nos parágrafos terceiro e quarto abaixo, compete à Diretoria representar a Sociedade perante terceiros e quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de mandato da Diretoria será por tempo indeterminado. Os Sócios Quotistas representando a maioria do capital social podem destituir o Diretor a qualquer tempo, com ou sem causa. O Diretor deverá permanecer no exercício de seu cargo até a investidura do indivíduo eleito para sucedê-lo ou até a sua destituição, renúncia ou morte.



**Parágrafo Terceiro** – Com exceção do disposto no Parágrafo Quarto abaixo, a Sociedade será representada mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um procurador com poderes especiais, nomeado na forma do Parágrafo Quinto abaixo.

**Parágrafo Quarto** – Será privativa do Diretor Administrativo ou de procurador (es) nomeado(s) na forma do Parágrafo Quinto abaixo a representação da Sociedade, de maneira isolada, perante quaisquer bancos e instituições financeiras, públicas e/ou privadas, na abertura, movimentação e encerramento de contas correntes ou cadernetas de poupança; na assinatura, saque e desconto de cheques, solicitação de saldos e extratos, talões de cheques e cartões magnéticos; contratação de empréstimos, financiamentos, e realização de investimentos, aplicações e resgates, bem como na assinatura de instrumentos e documentos que envolvam responsabilidades financeiras, incluindo contratos comerciais, títulos de crédito de qualquer natureza e contratos financeiros com órgãos públicos e privados, assim como a representação da Sociedade em processos de licitação, indicando representantes através de carta de credenciamento, podendo assinar ainda outros documentos relativos a processos licitatórios.

**Parágrafo Quinto** – É vedado aos Diretores outorgar procuração em nome da Sociedade, sem autorização de sócios quotistas representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social. As procurações, quando autorizadas pelos sócios como referido acima, serão sempre realizadas pela Sociedade com a assinatura de um Diretor, isoladamente, e mencionarão expressamente os poderes conferidos, e o período de validade terá prazo indeterminado.

**Parágrafo Sexto** – Os Diretores terão direito a uma retirada mensal a título de "*pro labore*" que será fixada pelos Sócios Quotistas e levada à conta de despesas da Sociedade.

**Parágrafo Sétimo** – Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor, os Sócios Quotistas nomearão seu substituto, que exercerá o cargo até que os Sócios Quotistas comuniquem haver o titular reassumido o seu exercício.

**Parágrafo Oitavo** – É vedado aos Diretores, sem autorização de sócios quotistas representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, alienar ou onerar bens do ativo da Sociedade, tomar empréstimo, adquirir ou alienar participações em outras sociedades e dar caução, garantia ou aval em negócios estranhos ao objeto da Sociedade.

#### CLÁUSULA VI – Distribuição de Lucros

Os sócios poderão a qualquer tempo do exercício, efetuar distribuição de lucros para os sócios já devidamente qualificados acima, em valores deliberados conforme os resultados obtidos.

**Parágrafo Primeiro** - A Diretoria poderá, nos meses de junho e dezembro de cada exercício, efetuar distribuição de lucro para os sócios Sandro Peixoto Failage, Max Jeronymo Zulchner, Rodolfo Moulin Pinheiro, Rogério Vianna Aquino, Rafael Andrade Barbosa Silva e Fábio Soares Rodrigues, em valores deliberados, conforme a cláusula acima.

**Parágrafo Segundo** - Na hipótese de haver distribuição de lucros a parte de cada Sócio Quotista será proporcional às suas quotas, salvo deliberação em contrário dos sócios representando a totalidade do capital social.

## CLÁUSULA VII - Reunião dos Sócios Quotistas

Os Sócios Quotistas reunir-se-ão pelo menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social.

**Parágrafo Primeiro** - Cada quota confere direito a um voto nas deliberações sociais que, com exceção das matérias que exijam quórum qualificado previsto em lei ou neste Contrato Social, serão tomadas pelo voto dos Sócios Quotistas que representem a maioria do capital social.

**Parágrafo Segundo** - Dependem da deliberação dos Sócios Quotistas representando a maioria do capital social, além de outras matérias indicadas na lei ou no presente Contrato Social:

- (I) a aprovação das contas da administração;
- (II) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas;
- (III) o pedido de falência ou recuperação judicial.

**Parágrafo Terceiro** - Salvo disposição diversa prevista em lei, dependem da deliberação dos Sócios Quotistas representando, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, além de outras matérias indicadas na lei ou no presente Contrato Social:

- (I) a incorporação, fusão, cisão e dissolução da Sociedade;
- (II) a cessação do estado de liquidação;
- (III) a abertura e o fechamento de filiais, agências e escritórios; e
- (IV) a alteração do Contrato Social.

**Parágrafo Quarto** - A convocação para a reunião dos Sócios Quotistas dar-se-á através de carta com protocolo de recebimento ou fac-símile, com 5 (cinco) dias corridos de antecedência da realização da referida reunião. Dispensam-se as formalidades de convocação previstas neste Parágrafo Terceiro se (i) todos os Sócios Quotistas comparecerem à reunião ou (ii) se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

**Parágrafo Quinto** - A Reunião dos Sócios Quotistas poderá ser dispensada caso todos os Sócios Quotistas decidam, por escrito, sobre as matérias da ordem do dia.

### CLÁUSULA VIII – Cessão de Quotas

Nenhuma quotista poderá ceder suas cotas, no todo ou em parte, sem ser antes comunicado aos demais, as condições oferecidas por qualquer interessado em perspectiva, hipótese em que terão aqueles cotistas preferências em adquirir as cotas proporcionalmente às suas participações no capital social, dentro de 60 (sessenta) dias contados da data comunicações e nas mesmas condições.

### CLÁUSULA IX – Exercício Social

O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao levantamento do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras, com a observância das prescrições legais e dos princípios de contabilidade geralmente aceitos. Depois de feitas as reservas e provisões legais ou necessárias, os sócios deliberarão a respeito da aplicação do saldo por ventura apurado.

**Parágrafo Único** – A Sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias e distribuir os lucros apurados, observadas as limitações legais, e ainda, distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último Balanço Patrimonial.

### CLÁUSULA X – Continuidade

A morte, falência, insolvência ou incapacidade de qualquer dos Sócios Quotistas não implicará na dissolução da Sociedade, que continuará a existir com os Sócios Quotistas remanescentes, a menos que estes, caso representem a maioria do capital social, resolvam dissolvê-la ou liquidá-la.

**Parágrafo Primeiro** – As quotas do Sócio Quotista falido, morto, incapaz ou insolvente poderão ser resgatadas pela Sociedade, mediante aplicação de lucros ou reservas, ou mediante redução do capital social.

**Parágrafo Segundo** – As quotas referidas no parágrafo anterior serão avaliadas pelo seu valor patrimonial, a ser apurado em balanço que haja sido levantado no máximo até 60 (sessenta) dias anteriores à data do evento. O pagamento das quotas do Sócio Quotista falido, morto, incapaz ou insolvente será feito em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas acrescidas de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano).



### CLÁUSULA XI – Liquidação

A Sociedade dissolver-se-á e liquidar-se-á nos casos previstos em lei. Os Sócios Quotistas estabelecerão o modo de liquidação e nomearão o liquidante que deverá funcionar durante o período de liquidação.

### CLÁUSULA XII – Transformação

A Sociedade poderá ser transformada em sociedade anônima mediante a deliberação dos Sócios Quotistas que representem a totalidade do capital social. Os Sócios Quotistas renunciam expressamente ao direito de retirada da Sociedade no caso de transformação da Sociedade em sociedade anônima.

### CLÁUSULA XIII – Legislação Supletiva

O presente Contrato Social será regido pelos artigos 1052 a 1087 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) no que se refere às sociedades limitadas e, supletivamente, pelos dispositivos aplicáveis da Lei das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/76 e suas posteriores alterações).

### CLÁUSULA XIV – Foro

Fica eleito o foro do Rio de Janeiro (RJ), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou possam vir ter direito, por mais especial que seja.

### CLÁUSULA XV – Disposições Finais

São membros da Diretoria da Sociedade os Srs. **Max Jeronymo Zulchner** e **Rodolfo Moulin Pinheiro** na qualidade de Diretores Técnicos Operacionais; o Sr. **Sandro Peixoto Failage**, na qualidade de Diretor Administrativo, os Srs. **Rogério Vianna de Aquino** e **Fábio Soares Rodrigues**, na qualidade de Superintendentes Operacionais e o Sr. **Rafael Andrade Barbosa Silva**, na qualidade de Superintendente Comercial todos já qualificados acima, os quais declararam não estar impedidos, por lei especial, e nem condenados ou encontrar-se sob efeitos da condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, permanecendo vago o cargo de Diretor Executivo da Sociedade.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento na presença de 2 (duas) testemunhas, que também o assinam, obrigando-se a cumpri-lo por si, seus herdeiros e sucessores.



Assinaturas da 39ª Alteração Contratual da empresa União Norte Fluminense Engenharia e Comércio Ltda.

São João da Barra (RJ), 03 de março de 2021.

Gestão 21 Construções e Participações Ltda.

Hélio Pessanha Delbons (CPF/MF nº 433.677.477-34) Diretor	Sandro Peixoto Failage (CPF/MF nº 856.360.457-00) Diretor
---	---

Sandro Peixoto Failage  
CPF/MF nº 856.360.457-00

Max Jeronymo Zulchner  
CPF/MF nº 083.115.107-88

Rodolfo Moulin/Pinheiro  
CPF/MF nº 092.698.917-04

Rogério Vianna de Aquino  
CPF/MF nº 680.395.497-87

Rafael Andrade Barbosa Silva  
CPF/MF nº 106.307.567-08

Fábio Soares Rodrigues  
CPF/MF nº 107.741.257-64

Testemunhas:

1. Bernardo Siqueira Ramiro  
Nome: Bernardo Siqueira Ramiro  
CPF: 117.748.307-60

2. Victor da Silva Senna  
Nome: Victor da Silva Senna  
CPF: 122.492.957-86

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: UNIAO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

NIRE: 332.0592984-0 Protocolo: 51-2021/112107-0 Data do protocolo: 29/04/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/04/2021 SOB O NÚMERO 00004058494 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 41B805A6990259A85041965E2B14C412ECECB97140A9A80AAC74255BB6AC63DC

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM  
RJP2100091286

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

UNIAO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA.

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

02.354.917/0001-10

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

244 Alteração de atividades econômicas (principal e secundárias)  
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: RJ60502521 - 02354917000110

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ

☒ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável

☐ Preposto

NOME

SANDRO PEIXOTO FAILAGE

CPF

856.360.457-00

LOCAL E DATA

SÃO JOÃO da BARRA; 29/04/2021

ASSINATURA (com firma reconhecida)

*[Assinatura]*

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: UNIAO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA

NIRE: 332.0592984-0 Protocolo: 51-2021/112107-0 Data do protocolo: 29/04/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/04/2021 SOB O NÚMERO 00004058494 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 41B805A6990259A85041965E2B14C412ECECB97140A9A80AAC74255BB6AC63DC

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCEC  
Assinado e autenticado

Pag. 14/15



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM  
RJP2100090611

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) UNIAO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA.	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 02.354.917/0003-81
---	---

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

211 Alteração de endereço dentro do mesmo município

Número de Controle: RJ64120672 - 02354917000381

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ

☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO	CPF DO PREPOSTO
------------------	-----------------

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

<input checked="" type="checkbox"/> Responsável <input type="checkbox"/> Preposto	
NOME SANDRO PEIXOTO FAILAGE	CPF 856.360.457-00
LOCAL E DATA IRÊS PIOS, 29/04/2021	ASSINATURA (com firma reconhecida) /

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir

